

Bauru não cumpre índices de redução de lixo aterrado e nem o plano nacional

Percentuais na cidade não foram alcançados em cinco anos e serão alterados para cumprimento nas próximas duas décadas

TISA MORAES

Cinco anos depois de instituir metas de redução do volume de lixo aterrado, no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Bauru sequer chegou perto de alcançar os índices estabelecidos. Para se ter ideia, a projeção prevista no documento, de 2017, era de que a cidade já estivesse desviando (ou seja, não enviando a aterro), em 2022, 37% dos materiais recicláveis e 35% dos resíduos orgânicos.

No entanto, até hoje, 100% do lixo orgânico coletado é enterrado no aterro sanitário de Piratininga, havendo reaproveitamento apenas de parte de galhos e folhas por meio de compostagem. Já em relação aos recicláveis, só 4% de tudo o que é produzido na cidade têm uma destinação ambientalmente correta.

Segundo Levi Momesso, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma), o Plano de Saneamento Básico foi instituído por meio de decreto em 2017, tendo como referência a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010. O documento federal trazia metas ousadas, que acabaram não sendo alcançadas pela maioria dos municípios e foram sendo revistas ao longo do tempo.

Para se ter noção, o plano municipal previa que, já em 2017, 30% dos materiais recicláveis e 25% dos orgânicos deixassem de ser destinados ao aterro. Agora, diante da intenção de conceder a gestão dos resíduos sólidos por Parceria Pú-

REVISÃO

Prevê que, até 2041, Bauru deixe de aterrar 30% do lixo orgânico e 35% dos recicláveis

blico-Privada (PPP) (leia mais na página ao lado), a Semma corre para revisar as metas, que serão mais modestas e, segundo Momesso, mais “factíveis e socioeconomicamente viáveis”.

“Quanto maior é a meta no começo, mais cara fica a tarifa que, por lei, precisa ser cobrada do município. A empresa, quando assumir a concessão, terá de se adequar, construir sua planta, o centro de triagem. Se tiver de fazer um investimento muito pesado no primeiro ano para deixar de aterrar um percentual muito alto de resíduos, a população da cidade seria penalizada”, explica.

ALTERAÇÕES

A minuta de alteração do PMSB, apresentada em audiência no auditório do Palácio das Cerejeiras na última quarta-feira (17), prevê que, nos primeiros quatro anos, entre 2022 e 2025, o município poderá continuar enterrando 100% dos resíduos orgânicos, avançando para 5% de desvio deste tipo de lixo do aterro em 2026, até chegar a 30% em 2041.

Já a quantidade de recicláveis desviada do aterro poderá ser mantida nos atuais 4% nos dois primeiros anos, chegando a 10% no quinto ano e

a 35% em 2041.

Vale destacar que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), aprovado por meio de decreto em abril deste ano, projeta que, em 2040, os municípios brasileiros desviem do aterro 48% dos resíduos sólidos, meta acima da programada para Bauru, e 20% dos materiais recicláveis descartados pela população. A Semma sustenta que estes índices federais podem sofrer novas alterações ao longo do tempo e que a cobrança da União é para que as cidades, ao

menos, estabeleçam percentuais possíveis de serem cumpridos.

PLANARES

Além de não atingir as metas do PMSB, que ainda estão em vigência até que a alteração do texto seja aprovada, Bauru também não se enquadra, até o momento, na maioria dos itens estabelecidos pelo Planares (confira a lista no quadro) para que a destinação dos resíduos seja sustentável e ambientalmente correta.

Embora o documento seja

recente, de 2022, quase todos os tópicos seguem como uma realidade distante do município, sem prazo certo para começarem a ser colocados em prática. Entre eles, está a cobrança de tarifa pelo manejo, equilíbrio econômico-financeiro da receita arrecadada e as despesas geradas pelo serviço, e aproveitamento energético do biogás oriundo da decomposição da matéria orgânica. Já entre os itens que são cumpridos, estão a inexistência de lixões e universalização da coleta de resíduos sólidos.

METAS PARA AS CIDADES BRASILEIRAS

- 1) Cobrança de tarifa pelo manejo dos resíduos;
- 2) Equilíbrio econômico-financeiro entre receita arrecadada e despesas com os serviços;
- 3) Plano de Gestão Integrada intermunicipal ou microrregional;
- 4) Gestão regionalizada por meio de consórcio público para viabilizar escalas adequadas de expansão dos serviços;
- 5) Encerramento dos lixões e aterros controlados;
- 6) Universalização da coleta de resíduos sólidos;
- 7) Aumento do desvio da disposição da massa de resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários;
- 8) Contrato formalizado entre catadores e município para manejo de recicláveis por cooperativas e associações;
- 9) Maior recuperação de materiais recicláveis;
- 10) Acesso da população ao sistema de coleta seletiva;
- 11) Recuperação de embalagens pelo sistema de logística reversa;
- 12) Ampliação do percentual da massa destinada para tratamento biológico (compostagem, digestão anaeróbia);
- 13) Aproveitamento energético do biogás gerado pela decomposição da matéria orgânica;
- 14) Aumento da recuperação e aproveitamento energético por meio de tratamento térmico (incineração, gaseificação, secagem).

Fonte: Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Deputado ambientalista sugere remunerar catadores informais

Deputado federal baiano que integra a Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, Rodrigo Agostinho (PSB) avalia que um caminho para Bauru avançar nos índices de reciclagem de lixo, que já vem sendo adotado por algumas cidades brasileiras, é começar a remunerar os catadores de materiais.

De acordo com ele, este programa de pagamento pe-

los serviços ambientais prestados deve prever um valor fixo, que garanta estabilidade e segurança alimentar para as pessoas que trabalham neste segmento e suas famílias.

“As cidades que implantaram esta solução estão tendo resultados muito bons. Acredito que seria um caminho interessante para Bauru. A remuneração poderia ser dada ao catador que passa recolhendo caixas de

papelão no Calçadão, ao que recolhe sacatas ou garrafas pet pela cidade e até ao catador que está vinculado a cooperativas”, elenca, destacando que, justamente em razão da coleta informal destes materiais, fruto da desigualdade social do País, os dados sobre reciclagem não são confiáveis na maior parte das cidades brasileiras.

“Em Bauru, por exemplo, temos quatro cooperativas,

mas deve haver quase 70 empresas que trabalham com reciclagem, que compram estes materiais dos catadores informais, quantidade que não entra nas estatísticas”, acrescenta.

Além da remuneração destes trabalhadores, Agostinho aponta outras ferramentas necessárias para expandir a reciclagem em Bauru, como investir em conscientização ambiental, ampliar o número

de Ecopontos e cooperativas, e aumentar a frequência da coleta seletiva, que só passa uma vez por semana em cada bairro da cidade. “As pessoas não aguentam esperar e acabam colocando estes materiais junto com resíduos orgânicos, até porque os recicláveis têm um volume muito maior. E, evidentemente, para este reforço, serão necessários mais caminhões e mais equipes”, completa.

Prazo para prefeitura usar projeto feito pela Caixa vencerá em 30 de setembro

Se não publicar o edital para conceder a gestão do lixo até a data, administração terá de devolver R\$ 4 milhões ao banco

TISA MORAES

A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que está sendo feita neste momento apenas em relação aos resíduos sólidos, foi alinhada ao projeto de concessão da gestão do lixo em Bauru e precisa ser aprovada o quanto antes. Isso porque o estudo da Parceria Público-Privada (PPP) foi contratado pela Caixa, que deu prazo final até 30 de setembro para que a prefeitura publique edital de abertura da licitação que resultará na contratação da empresa que assumirá a destinação final destes materiais.

Caso não o fizer a tempo, o município terá de devolver o valor investido pelo banco, de cerca de R\$ 4 milhões, oriundos do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP).

Além de concluir a revisão do PMSB, o Executivo precisa, antes de publicar o edital, conseguir a aprovação, junto à Câmara Municipal, do projeto de lei que autoriza a administração a delegar os serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos.

O texto deu entrada na Casa em 11 de abril e tramitou pelas comissões de Justiça, Legislação e Redação; e de Economia, Finanças e Orçamento, com pareceres pela normal tramitação, restando o recebimento de respostas a questionamentos feitos pela vereadora Estela Almagro

NO LEGISLATIVO

Executivo também precisa conseguir aprovação na Câmara do projeto de lei de concessão do lixo

(PT) à prefeita Suellen Rosim (PSC) para seguir às próximas comissões: de Obras, Serviços Públicos, Habitação e Transportes; e a de Meio Ambiente, Higiene, Saúde e Previdência.

Assim que esta fase se encerrar, o projeto será levado à votação dos vereadores, sendo que boa parte deles tem demonstrado, ao longo de todo o processo de discussões sobre a PPP do lixo, descontentamento sobre o modelo de concessão que está sendo proposto pela prefeitura, pelo fato de não incluir a coleta e o transporte dos resíduos e por prever a operação de aterro sanitário por, ao menos, mais 20 anos.

SEM MUDANÇAS

Segundo Levi Momesso, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma), o projeto contratado pela Caixa em 2018 e entregue em 2020 incluiu somente a destinação final do lixo a pedido do então prefeito Clodoaldo Gazzetta, que optou por manter a coleta e o transporte com a Emdurb. “E assim ele será mantido. Para incluir a coleta, seria necessário fazer um novo estudo, desta vez em consórcio com outros municípios, porque o FEP da Caixa não poderia fazer outro só para Bauru”, frisa.

Alguns vereadores, contudo, já manifestaram preferir que os R\$ 4 milhões sejam devolvidos à Caixa, para que um novo projeto, incluindo também a coleta e o transporte, possa ser elaborado.

NOVO ATERRO

Já em relação à criação de um novo aterro em Bauru, Momesso explica que o lixo passará por tratamento prévio e poderá ser enterrado em uma área contígua ao aterro sanitário encerrado da cidade ou em outro município, conforme decisão da empresa



Levi Momesso, titular da Semma, afirma que propostas feitas por entidades e vereadores para deixar o edital da concessão de lixo menos “engessado” foram aceitas

que vencer a futura licitação.

“Durante as audiências públicas sobre a concessão do serviço, entidades como a Assenag e vereadores sugeriram alterações relacionadas à rota tecnológica, para deixar o edital menos engessado, e acatamos sugestões”, frisa, destacando que o texto prevê a implantação de uma unidade de tratamento de resíduos que garanta os percentuais mínimos de desvio do aterro previstos no PMSB, independentemente da tecnologia empregada. Entre elas, está a possibilidade de fazer os tratamentos biológico (compostagem, biodigestão anaeróbia) e térmico do lixo (incineração, gaseificação).

Porém, vale lembrar que o edital prevê um teto no valor do contrato de concessão, que terá duração de 20 anos, o que pode inviabilizar a implantação de qualquer outra modelagem mais avançada. A Semma defende, contudo, que uma proposta mais simples, com metas menos audaciosas e exigência menor de tecnologia, ficará mais em conta aos municípios.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Desafio dos resíduos Pagina: 4 e 5